

Comissão Coordenadora do Conselho Nacional de Educação

Relato da reunião realizada em 10 de Fevereiro de 2014, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Informações**
- 2. Aprovação do relato da reunião realizada a 27 de novembro de 2014**
- 3. Relatório de Atividades 2013**
- 4. Plano de Atividades 2014**
- 5. Objeto das Comissões especializadas Permanentes aprovadas na última sessão plenária**
- 6. Atividades a desenvolver pelas Comissões Especializadas Permanentes**
- 7. Comissão Eventual para o Estudo e Avaliação da Lei de Bases do Sistema Educativo-coordenação e composição**
- 8. Outros assuntos**

Estiveram presentes os Conselheiros Coordenadores António Barbas Homem, José Bravo Nico, Conceição Castro Ramos, Joaquim Azevedo e Jorge Miguel Marques da Silva, o Presidente e o Secretário-Geral.

Ponto1-O Presidente informou que estão em preparação dois seminários sobre “Avaliação Externa e Aprendizagens” e sobre os resultados do PISA 2012, bem como um terceiro sobre a estrutura da oferta do ensino superior.

Referiu que o CNE iria emitir um parecer sobre o projeto de decreto-lei que procede à revisão do regime jurídico da habilitação profissional para a docência, propondo como relatora a Prof^ª Conceição Castro Ramos, e uma recomendação sobre o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, esperando submeter o primeiro parecer a votação, no próximo plenário. Informou ainda que o CNE aguardava o diploma sobre os cursos de curta duração para o ensino superior, o qual devia ser analisado no âmbito das 1^a, 3^a e 4^a Comissões Especializadas Permanentes, sugerindo a realização de uma reunião com os Coordenadores destas Comissões para definir a metodologia de trabalho.

Sublinhou a intenção de o CNE homenagear o Prof. Adriano Moreira, em momento a determinar de acordo com a sua disponibilidade, e que poderia ser a sessão de encerramento ou de início do ano letivo.

Apresentou a estrutura do relatório *Estado da Educação 2013* (EE 2013), analisando cada um dos capítulos, e pediu aos membros da Comissão Coordenadora para que se pronunciassem sobre a organização do documento.

O Conselheiro António Barbas Homem alertou para as dificuldades de conformidade entre as diferentes estatísticas, referindo não concordar com a integração de artigos no ponto 8 da estrutura do relatório. Relembrou que não foi feita a avaliação do Processo de Bolonha, entendendo ser importante o seminário que se pretende realizar no CNE sobre o Ensino Superior, sugerindo convidar para o mesmo os Presidentes dos Conselhos Gerais. O Presidente do CNE esclareceu sobre a necessidade de se encontrar uma base de negociação entre os atores envolvidos no ensino superior de modo a que a rede da oferta seja consensual.

O Conselheiro Joaquim Azevedo concordou que a temática do seminário sobre o ensino superior se centrasse igualmente na questão da reestruturação da rede e referiu que o CNE tem estatuto para fazer uma auscultação pública sobre a matéria. Relativamente à questão dos cursos de curta duração de nível superior, o Conselheiro referiu que estes não devem ser lidos nem entendidos como atos isolados, mas como políticas integradas. Em relação à estrutura do documento do EE 2013, realçou a necessidade de se delimitar o âmbito dos estudos a integrar no ponto 8, e propôs caminhar-se para um refinamento dos indicadores a trabalhar, à semelhança do que se faz em França, assinalando ainda a importância da apresentação de itens horizontais sobre as desigualdades e a administração da educação, de forma a perceber-se a estratégia dos governos para a realização de experiências piloto no ensino.

O Conselheiro Bravo Nico mencionou a importância do seminário dedicado ao ensino superior, destacando as discrepâncias e tensões entre as instituições e as questões de coesão territorial. Quanto ao ponto 8 do documento do EE 2013, referiu a possibilidade de se integrarem alguns trabalhos que dessem alguma perspetiva de futuro. Relembrou as questões demográficas que condicionam a estrutura atual da rede de educação e formação e que o CNE deveria sinalizar estas situações.

O Conselheiro Jorge Marques da Silva reforçou a intervenção do Conselheiro Joaquim Azevedo mencionando que a junção da estrutura da oferta formativa do ensino particular e cooperativo poderia

suscitar dúvidas e que o CNE deveria dar atenção ao ensino a distância que tem sido crescente no ensino superior, sugerindo ainda conduzir-se a análise do EE 2013 a um nível mais micro no sistema educativo.

A Conselheira Conceição Castro Ramos destacou o que denominou de diplomacia da Educação e que o EE era uma base para o desenvolvimento do trabalho das Comissões Especializadas Permanentes, concordando com a introdução do tema da administração escolar sugerido pelo Coordenador Joaquim Azevedo e com a homenagem ao Prof. Adriano Moreira.

Ponto 2- Foi aprovado o relato da reunião realizada em 27 de novembro de 2013.

Ponto 3- Foi aprovado o relatório de atividades de 2013

Ponto 4 – Foi aprovado o plano de atividades 2014-2017

Ponto 5 – O Presidente do CNE informou que todas as alterações sugeridas em Plenário, ao objeto das Comissões Especializadas Permanentes, tinham sido introduzidas, tendo apresentado o documento definitivo que obteve a concordância dos membros da Comissão Coordenadora.

Ponto 6 – Os Conselheiros Coordenadores comprometeram-se a dar início aos trabalhos nas Comissões Especializadas Permanentes respetivas, de acordo com o plano de atividades 2014-2017, entretanto aprovado.

Ponto 7 – O Presidente do CNE informou que iria coordenar os trabalhos da Comissão Eventual para o estudo e avaliação da Lei de Bases do Sistema Educativo e estes iriam contar com a participação de especialistas externos. Indicou para integrar esta Comissão, os Conselheiros António Barbas Homem, Alexandre Homem Cristo, Joaquim Azevedo, Alda Macedo e Pedro Teixeira, e solicitou aos Coordenadores que sugerissem outros especialistas que poderiam vir a colaborar com esta comissão. Assim, foi aprovada na generalidade a criação e composição da *Comissão Eventual para o Estudo e Avaliação da Lei de Bases do Sistema Educativo*.

Ponto 8 – Não havendo mais assuntos a abordar, o Presidente do CNE deu por terminados os trabalhos.